



INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS – IFF

CNPJ/MF Nº 07.133.125/0001-39

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria do Instituto Fernando Filgueiras - IFF, CNPJ nº 07.133.125/0001-39, apresenta o seu balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em cumprimento ao que determina o seu estatuto e legislação pertinente. Lauro de Freitas Ba, 10 de abril de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS DOS EXERCÍCIOS DE 31/12/2017 E 2016 - EM REAIS, (1,00)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 - Em reais, (1,00)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 - Em reais, (1,00)				
ATIVO	Notas	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQ. Notas	2017	2016					2017	2016
ATIVO CIRCULANTE				CIRCULANTE			Patrimônio social	Superávit/Deficit	Total			
Caixa e bancos	3	481.885	673.677	Empréstimos	11	11.668.677	9.000	3.306.075	3.315.075			
Aplicações financeiras	4	3.033.823	1.275.661	Fornecedores	12	12.744.914	-	(2.797.233)	(2.797.233)			
Contas a receber	5	42.922.763	24.231.649	Contas a pagar	13	18.193.414	-	3.282.702	3.282.702			
Adiantamentos Diversos		244.820	45.470	Salários e encargos sociais	14	5.201.139	-	-	-			
Outros Créditos	6	2.108.190	2.462.316	Impostos e contribuições a recolher	15	457.479	-	(3.085.592)	(3.085.592)			
Tributos a Recuperar	7	3.307.696	338.015	Parcelamentos de Impostos	16	682.920	9.000	9.000	9.000			
Estoques	8	2.340.837	887.124	Total do Passivo Circulante		5.963.898	673.920	3.791.544	3.800.544			
Despesas antecipadas		-	16.549	NÃO CIRCULANTE			682.920	3.800.544				
Total do Ativo Circulante		54.440.014	29.930.461	Parcelamentos de Impostos	15	5.963.898	682.920	3.800.544				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO SOCIAL								
Depósitos judiciais		14.390		Fundo social	16	9.000						
Imobilizado	9	439.819	530.069	Superávit acumulado		673.920						
Intangível	10	18.218	26.748	Total do Patrimônio Social		682.920						
Total do Não Circulante		472.427	556.817	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		54.912.441	30.487.278					
TOTAL DO ATIVO		54.912.441	30.487.278			54.912.441	30.487.278					

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 - Em reais, (1,00)			
	2017	2016	
Receita operacional			
Receita de serviços	197.023.046	94.674.733	
(-) Deduções da Receita	(22.999.903)	(6.338.513)	
Receita operacional líquida	174.023.143	88.336.220	
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(6.304.244)	(5.346.796)	
Depreciação e amortização	(98.779)	(91.271)	
Pessoal	(72.164.035)	(36.766.490)	
Serviços de terceiros	(59.265.076)	(23.978.935)	
Materiais e medicamentos	(33.552.152)	(13.640.771)	
Financeiras, líquidas	(5.568.702)	(1.897.369)	
Tributárias	(155.747)	-	
Outras receitas (desp.) operacionais	475	475	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(177.108.735)	(81.721.157)	
Contribuição social e imposto de renda	(3.085.592)	6.615.063	
Deficit líquido do exercício	(3.085.592)	3.282.702	

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO 2017			
1. Contexto operacional- O Instituto Fernando Filgueiras – IFF foi constituído em 13 de dezembro de 2004, na forma de associação privada. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, com prazo de duração ilimitado, inscrita no CNPJ sob nº 07.133.125/0001-39, situada na Rua Itagi, 553, Edifício Empresarial Atlântico, sala 312, Pitangueiras – Lauro de Freitas – BA, CEP 42.701-370, com foro no Município de Salvador, Estado da Bahia. O IFF tem por finalidade promover assistência benéfica a população e pesquisa na área de saúde podendo: a) Celebrar convênios e contratos com entidade de direito público e/ou privado; b) Credenciar como organização social; c) Absorver a gestão e execução de atividades e serviços de interesse público em estabelecimento de saúde. Para o exercício de 2017, o IFF, mantém contratos de gestão firmados com Estado da Bahia, por intermédio da Secretária da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, que tem como objetivo discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidas nas seguintes unidades de saúde: - Hospital Geral de Itaparica – Contrato de Gestão Emergencial n. 060/2012, assinado em 11 de dezembro de 2012, com vigência de dois anos, podendo o prazo ser revisto e repactuado. - Hospital da Mulher – Contrato de Gestão Emergencial n. 054/2016, assinado em 12 de dezembro de 2016, com vigência de 180 dias, podendo o prazo ser revisto e repactuado. Em 12 de janeiro de 2018, foi assinado o Contrato de Gestão n. 01/2018, com vigência de 60 meses. - Hospital Eládio Lassere – Contrato de Gestão n. 002/2017, assinado em 02 de janeiro 2017, com vigência de 24 meses. - Hospital Professor Carvalho Luz – Contrato de Gestão n. 010/2017, assinado em 01 de fevereiro 2017, com vigência de 24 meses. - Hospital Regional de Santo Antonio de Jesus – Contrato de Gestão n. 022/2017, assinado em 01 de maio 2017, com vigência	5. Contas a receber - Saldo a receber da SESAB – Secretária da Saúde do Estado da Bahia, referente aos contratos de gestão firmados junto as unidades de saúde descritas no item 1 deste relatório.		
		2017	2016
	Hospital Regional de Santo Antonio de Jesus	17.211.098	
	Hospital Carvalho Luz	2.078.258	
	Hospital Geral de Itaparica	578.801	
	Hospital Eládio Lassere	1.548.606	
	Hospital Geral da Mulher	1.848.628	
	Unidade de Pronto Atendimento – Feira de Santana	1.114.329	
	Serviços a faturar	24.379.720	
	Contas a receber	18.549.043	
	Os serviços medidos, mas ainda não faturados contra a SESAB, são registrados separadamente contra conta de receita operacional, respeitando o princípio contábil de competência. 6. Outros créditos - Referem-se a valores de aquisições de bens s/ou serviços necessários para o funcionamento das unidades hospitalares, os quais serão reembolsados pela SESAB. Em 2016, o montante é de R\$ 2.108.190 (em 2016, R\$ 2.462.316).		
	7. Tributos a recuperar		
	IRRF	2.067.925	
	INSS a recuperar	246.138	314.363
	Imposto de renda a recuperar	707.482	
	Contribuição social a recuperar	258.293	
	Outros tributos a recuperar	27.858	23.652
		3.307.696	338.015
	8. Estoques		
	A composição dos estoques esta demonstrada a seguir:		
		2017	2016

dos nossos exames, a Receita Federal do Brasil ainda não havia consolidado as dividas inscritas no PERT. **16. Patrimônio Social** - O fundo social, autorizado e subscrito em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 9.000,00 (em 31 de dezembro de 2016, R\$ 9.000,00).

de 24 meses. - **Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Feira de Santana** – Contrato de Gestão Emergencial n. 032/2017, assinado em 01 de junho de 2017, com vigência de 180 dias, podendo o prazo ser revisto e repactuado. - **Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Jequiê** – Contrato de Gestão n. 065/2017, assinado em 23 de outubro de 2017, com vigência de 60 meses. **2. Políticas contábeis adotadas** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas adiante, e vem sendo aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis. 2.1.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis para o exercício em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.1.2 Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Principais práticas contábeis. a) Apuração do resultado** - O resultado das operações apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalente de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Contas a receber** - Avaliadas pelo valor líquido de realização. **d) Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição, ou aos valores de realização e são representados por matérias de consumo. **e) Imobilizado** - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, segundo legislação tributária brasileira. **f) Passivos circulantes e não circulantes** - Apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e cambiais incorridas até a data das demonstrações financeiras. **g) Patrimônio social** - Os saldos registrados nesse grupo estão apresentados de acordo com os princípios contábeis e critérios estabelecidos no Estatuto Social do IFF, na Lei n. 11.638/07 e na Lei 11.941/09, e demais normas legais, de forma a demonstrar a situação do Patrimônio Social em 31/12/2017. **2.3 Principais julgamentos e estimativas contábeis** - A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa** - Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixas e depósitos bancários a vista.

	2017	2016
Caixa	65.824	13.173
Bancos	416.061	660.504
	481.885	673.677

4. Aplicações financeiras - Demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2017	2016
Banco Itaú S/A	496.873	316.739
Banco Bradesco S/A	2.786.950	959.922
	3.283.823	1.276.661

	1.165.855	328.411
Medicamentos	954.218	330.853
Material hospitalar	53.996	37.829
Material de manutenção e limpeza	82.587	39.437
Material de expediente	68.092	132.726
Material de cozinha e lavanderia	2.242	1.782
Equipamento de segurança	13.847	16.086
Bem patrimonial	2.340.837	887.124

9. Imobilizado - A composição do imobilizado esta demonstrada a seguir:

	Taxa de Depreciação %	31/12/17	31/12/16
Máquinas e equipamentos	10	416.799	416.799
Móveis e utensílios	10	191.592	191.592
Veículos	20	6.150	6.150
Equipamentos eletrônicos de dados	20	164.818	164.818
Equipamentos médicos	10	130.332	130.332
Aparelhos e equipamentos diversos	10	10.654	10.654
Depreciação acumulada		(480.526)	(390.276)
		439.819	530.069

10. Intangível

	Taxa de amortização %	31/12/17	31/12/16
Software	10	42.647	42.647
Amortização acumulada		(24.429)	(15.899)
		18.218	26.748

11. Fornecedores - Saldo em aberto junto a fornecedores de materiais e serviços, referentes aos contratos de gestão firmados junto as unidades de saúde descritas no item 1 deste relatório.

	2017
Hospital Professor Carvalho Luz	1.057.194
Hospital Geral de Itaparica	675.803
Hospital Geral da Mulher	1.973.229
Hospital Eladio Lassere	2.295.871
Hospital Regional Santo Antonio de Jesus	4.588.215
Unidade Pronto Atendimento Feira de Santana	745.041
Unidade Pronto Atendimento Jequiê	333.325
	11.668.677

12. Contas a pagar - Saldo em aberto referente a contratação de serviços de pessoas físicas, pessoas jurídicas, e de produtividade referentes aos contratos de gestão firmados junto as unidades de saúde descritas no item 1 deste relatório.

	2017
Hospital Professor Carvalho Luz	579.838
Hospital Geral de Itaparica	828.787
Hospital Geral da Mulher	4.451.767
Hospital Professor Eladio Lassere	2.292.164
Hospital Regional Santo Antonio de Jesus	3.270.655
Unidade Pronto Atendimento Feira de Santana	996.578
Unidade Pronto Atendimento Jequiê	262.008
Contas a pagar - pessoas físicas	63.118
	12.744.914

13. Salários e encargos sociais - A composição de salários e encargos sociais esta demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários a pagar	2.132.548	1.448.128
Provisão de férias e encargos	7.169.794	5.025.617
Pro Labore a pagar	-	64.800
13º salário a pagar	430.887	-
Pensões alimentícias	5.634	3.459
Rescisões a pagar	21.482	20.985
FGTS	1.265.300	382.943
INSS a recolher	6.970.375	766.754
Contribuição e mensalidade sindical	162.831	43.541
Empréstimos consignados	33.933	78.488
Outras	630	7.869
	18.193.414	7.842.384

O saldo de 13º salário em aberto em 31/12/2017, refere-se a unidade Hospital Regional Santo Antonio de Jesus e foi quitado em 10/01/2018.

14. Impostos e contribuições a recolher - A composição de impostos e contribuições a recolher esta demonstrada a seguir:

	5.201.139	2.896.141
15. Parcelamentos de tributos - Os parcelamentos tributários estão assim representados:	2017	2016
Tributos federais retidos da fonte	517.488	738.237
PIS	-	305.573
COFINS	-	1.440.458
IRPJ	-	222.845
CSSL	-	521.601
FGTS	388.395	778.920
INSS	443.181	655.690
PERT - tributos federais	4.646.525	-
PERT - previdenciários	425.788	-
	6.421.377	4.663.324
Circulante	457.479	1.111.184
Não Circulante	5.963.898	3.552.140

A sociedade aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, em 13 de julho de 2017, incluindo as dívidas inscritas de tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSSL) e as dívidas previdenciárias, passíveis de inclusão no programa. Até o final

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, CNPJ 07.133.125/0001-39, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina a lei e seu estatuto social, analisando o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017, concluíram pela sua aprovação.

Lauro de Freitas, 10 de abril de 2018.

CONSELHO FISCAL

Amaido Murilo Nogueira Leite
Duralv Freire de Carvalho Olivieri
Alberto Luiz Tavares de Souza

DIRETORIA

Marco Antônio Mariani Andrade - Presidente
José Antônio Andrade - Diretor Administrativo-Financeiro
Laudelino de Sousa Filho - Diretor Médico

CONTADOR

Gilson da Silva Lustosa – CRC BA 030829/O-1

Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2017

Aos Administradores e Sócios do Instituto Fernando Filgueiras – IFF Lauro de Freitas – Bahia

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para os períodos de 12 (doze) meses findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Fernando Filgueiras – IFF, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa para o período de 12 (doze) meses findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas obtida de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos** - As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor, o qual emitiu relatório datado de 12 de junho de 2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Salvador, 09 de abril de 2018.

Sandra Blanco de Souza Lucas - CRC - Ba n.º 021176/O-7
CHAI – 3932- Ibracon - 4449